

Educação é um ato de inscrição social simbólica do sujeito. A educação socializa e humaniza o homem, isto é, produz processos de subjetivação e estabelecimento de laços sociais. A vida em sociedade é possível na medida em que a educação a viabiliza e é nesse sentido que esta é, fundamentalmente, inclusão social.

A fundação da escola pública para todos, em seu projeto inicial, intencionava aprofundar os compromissos da educação na sua relação com os laços sociais, dirigindo-os para a construção da moderna sociedade. De lá para cá, assistimos à fragilização desse projeto. Hoje, a educação escolar apresenta-se como campo de inovações pedagógicas fragmentadas, que se repetem de modo compulsivo, “independentemente” dos efeitos produzidos na cultura. Ao desconsiderarem a história que as produz e se reduzirem a práticas adaptacionistas e normalizantes, se distanciaram de sua face de inscrição social no ato educativo. Assim se constituem em criações para sustentar um “esquecimento”... Entre essas “inovações” surge a escola inclusiva, assentada numa proposta de educação inclusiva, panorama que nos direciona a trabalhar as relações entre inclusão-exclusão e educação.

Neste número 2, a revista *Educação e Subjetividade* apresenta o produto da investigação dos autores que se debruçaram pesquisando esse tema, recuperando a memória dos fundamentos da educação e da escola pública para todos.

Sandra Dias percorre, em sua reflexão, os fundamentos filosóficos que definem e estruturam o conceito de educação, recuperando o conceito de sujeito estruturado na ética do desejo, articulando conteúdos relevantes que lhe permitem analisar e fazer a análise da educação inclusiva como produção do discurso científico que embasa os procedimentos pedagógicos, apagando as diferenças e desse modo o próprio sujeito da educação, em prol da normalização mensurável.

Maria Luiza Andreozzi discute a Declaração de Salamanca, de 1994, que propõe a educação inclusiva através da escola inclusiva, percorrendo a construção da modernidade em suas contradições, trabalhando a hipótese da educação inclusiva como sintoma da educação na modernidade.

Roberta Ecleide de Oliveira Gomes Kelly investiga as origens do sentimento da infância no século XVI, analisando nesse percurso a representação da infância e, assim, a constituição da subjetividade na educação infantil, bem como as formas de exclusão geradas nesse processo.

Thaís de Souza Teixeira expõe a estrutura e o funcionamento do “Clubhouse” como um dos modelos de inclusão social para atendimento à população, dando-nos acesso às produções que se configuram alinhadas à ideologia da inclusão social na modernidade, de modo a podermos exercer nossa análise e situar nossa posição sobre tais investimentos.

A seção Clássicos em Educação e Subjetividade apresenta a tradução de Frédérique Nieto Vecray do Relatório e Projeto de Decreto sobre a Organização Geral da Instrução Pública, apresentado à Assembléia Constituinte por Condorcet, em 1792, enquanto membro do Comitê de Instrução Pública da Constituinte. Tal documento histórico marca o início da trajetória da modernidade guiada pela educação pública para todos, representando de modo relevante as intenções humanizadoras através da escola pública no empreendimento iluminista do século XVIII. Ler e reler esse documento implica recuperar a memória histórica onde se dá a fundação da modernidade atual, envolvida nas origens da escola pública para todos. Recuperar a memória implica a possibilidade de tomar consciência de um passado que ficou no esquecimento, mas não desapareceu, na medida em que enquanto “esquecido” produziu o presente. Quanto à inclusão-exclusão e educação, recuperar a memória implica tomar consciência de que, nas origens da escola pública, já estava inscrita a inclusão social, e que a escola pública para todos, naquele momento, legitima a marca da educação e a eficácia do ato educativo como ato



de inscrição social do sujeito, que o projeto social iluminista busca executar através da educação escolar como condição para aprimoramento da vida em sociedade. Recuperar essa memória coloca os sujeitos numa outra condição: a de que, lembrando do passado, possam se organizar numa outra posição que não seja a repetição alienadamente em seu ponto de cristalização resistente, onde o projeto da modernidade foi se diluindo até o esquecimento. Implica também mobilizar-se no esforço da recuperação de suas intenções, elaborando formas de reposicionamento da direção da história rememorada. Rememorar a história da escola pública é um antídoto contra a modernidade sem gravidade das inovações pedagógicas sem passado, e sem filiação, que diluem o tecido simbólico social-histórico da atualidade.

Sandra Corazza, inaugura a seção Depoimentos narrando uma situação exemplar, em que a escola está impotente porque está absorvida pela hegemonia do movimento histórico gerenciado pelo capital financeiro globalizado, que cria a pobreza, tornando a sobrevivência humana em termos miseráveis um imperativo para a maioria da população. Em seu depoimento vão se explicitando as condições nas quais o projeto da educação escolar para todos, fundador da modernidade, vive seu fracasso na atualidade. Fracasso esse que está oculto nas inovações pedagógicas que se distanciam do ato educativo, na medida em que assistem à deteriorização dos laços sociais e, portanto, da vida em sociedade.

*Maria Luiza Andreozzi*